

Notas e informações

O desafio da emoção

O procônsul, como Cortés, queimou seus navios. Prova-o a renúncia do sr. Renato Archer ao Ministério da Previdência Social, indicativa de que as distâncias entre os alegres membros do clube da *poire* e o Planalto começam a ser intransponíveis. Se o resultado do discurso em que o presidente da Assembléia Nacional Constituinte respondeu ao chefe do Executivo tivesse sido apenas esse, a Nação não teria por que se preocupar; afinal, a partir de agora, o sr. José Sarney deveria tão-só cuidar de impedir que num ato florentino, o sr. Renato Archer, seu antigo desafeto, se decidisse a ser candidato ao governo do Maranhão, opondo-se à candidatura do filho do presidente da República. Há mais porém, além do pitoresco e provinciano.

O deputado Ulysses Guimarães lançou a luva ao presidente da República: "Quem leva, sem discriminação, contribuição ou crítica a fazer, pôde ou pode tempestivamente fazê-lo. As portas estavam e continuam abertas: é só transpô-las". Qualquer leitor de mediano entendimento verá aí lançado o desafio, que é ao mesmo tempo uma ponte para o entendimento, se o Planalto se dispuser a aceitar as regras da conduta imposta pela Assembléia. Se tais normas não forem do agrado do Planalto, a Assembléia, mandada pelo povo para não ter medo, seguirá seu caminho, aprovando uma Constituição que não é mais a dos *miseráveis*, mas do *cidadão*.

O procônsul deixou de lado a linguagem dos tribunos da plebe, e adotou a de Mirabeau ao concitar seus companheiros a fazer o "juramento do jogo da Péla". Por 403 votos, jurou-se, e o chefe de Estado foi colocado contra a parede. Ninguém pensou, nem tal coisa se poderia supor num clima de exaltação cívica e patriótica, que havia poucos revolucionários presentes e que a seqüência do juramento foi Robespierre e depois Napoleão.

Comparações históricas à parte, o deputado Ulysses Guimarães fez discurso de duplo candidato: à presidência do PMDB, que empolga desde ontem, afastando de sua direção os cordatos, e à Presidência da República. Dizendo as coisas com clareza, às vezes cruel, o deputado paulista aproveitou-se do

clima emocional criado pela fala do presidente da República e soube tocar fundo a corda sentimental dos constituintes, que se recusavam a ser tangidos pelo medo das baionetas. O dramático em todo esse espetáculo, em que a emoção aproxima os representantes do povo brasileiro mais e mais do espírito latino-americano (para a total identificação falta apenas a *montonera*), é que a Assembléia Nacional Constituinte, com ou sem discurso de Sarney, com ou sem desafio de Ulysses, não poderia ter votado diferentemente. Se o tivesse feito, teria precipitado antes do tempo o País em grave crise institucional. Prova disso é que boa parte do PDS votou o texto do *Projeto B* e o PT abandonou sua posição "moralista" e aderiu aos que vislumbravam — na aprovação do que se redigira a partir do resultado das discussões no primeiro turno — a saída para a crise prenunciada com a fala do presidente.

É preciso esclarecer bem esses fatos para que se possa tentar compreender o futuro. A política brasileira, nessa fase da chamada *transição*, tem sido, por assim dizer, governada por maus espíritos. Primeiro, os que inspiraram o presidente Sarney a tudo fazer para obter os cinco anos de mandato; depois os que seduziram o deputado Ulysses Guimarães a fazer-se paladino da Constituição que vai *defender e semear a vida* (com perdão da imagem de mau gosto), visando à sua candidatura à Presidência da República. A discussão das graves questões que afligem o Brasil e a maneira de resolvê-las têm sido postergadas ou então são tratadas ao sabor da improvisação. Agora que a Assembléia Nacional Constituinte, inspirada pelas palavras emocionadas de seu presidente, disse ao chefe do Executivo que ele poderá ou vir negociar ou penitenciar-se pelas palavras que proferiu sobre a ingovernabilidade do País, o plenário deverá produzir o texto definitivo da Carta Magna.

Como será ele? No seu discurso, o deputado Ulysses Guimarães foi direto ao fulcro da crise, ainda que dizendo as coisas com palavras ambíguas: "Após quase 500 anos, o projeto redime a geografia do Brasil". Entenda-se como quiser, embora a compreensão

mais correta seja a de que o projeto transferiu 47% dos recursos da União para os Estados e municípios, retirando da burocracia brasiliense o poder que tem sobre o resto do Brasil, vale dizer sobre os políticos dos Estados e dos municípios. Este é o nó da crise, e ele não poderá ser desatado por nenhuma emenda supressiva ou corretiva, como assinalamos ontem. É um nó górdio, talvez à espera de um Alexandre para desfazê-lo, ou de uma mudança na mentalidade brasileira que permita a transição imediata do centralismo para a administração descentralizada.

O deputado Ulysses Guimarães sabe disso tudo, tanto assim que defendeu os pontos que considera inegociáveis: reforma tributária, seguridade social (o sr. Renato Archer já pagou o preço exigido pela *Constituição dos cidadãos*), aumento dos benefícios sociais para os trabalhadores rurais, revisão das aposentadorias. Ora, esses eram os problemas, cuja revisão o presidente reclamava fosse feita. Para o procônsul, eles são intocáveis, pois não permitirá que a Constituição seja uma "estátua profanada".

No mais, disse o multipresidente: suprima-se da Constituição aquilo que a negociação política e a relação de forças permitir. O *Projeto B*, reconheceu o deputado Ulysses Guimarães, "inegavelmente abriga imperfeições" — que s. exa. manhosamente diz que poderão ser revistas, quando esse não é o caso, rigorosamente falando. Assim, prometendo corrigir a Carta, o deputado paulista, apoiado pela emoção de seus pares, prometeu dotar o Brasil de uma Constituição que irá pôr termo à "fome, à miséria, à ignorância, à doença inassistida", e permitirá que o Brasil seja governável. Levado pelo arroubo de Mirabeau, o presidente da Assembléia Nacional Constituinte incorreu no *idealismo* de quantos imaginam que o texto da Constituição tudo resolverá.

Infelizmente para o povo, o futuro é que dirá se o presidente Sarney é quem tinha razão ao dizer que a Constituição deixaria o País ingovernável, ou se é o multipresidente Ulysses Guimarães quem ajuza as coisas com acerto.